

CONFLITOS FUNDIÁRIOS E REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA: EXPERIÊNCIA DO PDS ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE ANAPU

Ricardo FOLHES*
Otávio CANTO**
Philippe LÉNA***
Rodolpho BASTOS****

Resumo: Este trabalho aborda a dinâmica dos conflitos fundiários na Amazônia a partir da experiência de implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Anapu I (PDS Esperança), no município de Anapu, estado do Pará. O estudo apresenta parte dos resultados do levantamento realizado em março de 2015 por equipe de pesquisadores associados ao projeto DURAMAZ II, cuja primeira fase remonta a 2007. Os resultados demonstram que os conflitos fundiários e sociais no PDS Esperança continuam latentes e carecem de ações que possam minimizá-los e estimular a modalidade de assentamento PDS como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável para a região.

Palavras chave: Conflitos fundiários; Reforma agrária; Território; PDS Esperança; Anapu.

Résumé: Ce travail porte sur la dynamique des conflits fonciers en Amazonie à partir de l'expérience de mise en œuvre du Projet de développement durable Anapu I (PDS Esperança), dans la municipalité d'Anapu, état du Pará. L'étude présente une partie des résultats de l'enquête menée en mars 2015 par une équipe de chercheurs associés au projet Duramaz II, dont la première phase remonte à 2007. Les résultats montrent que les conflits fonciers et sociaux dans le PDS Esperança restent latents et exigent des actions permettant de les minimiser et d'encourager la modalité d'assentement PDS en tant que possibilité de développement durable pour la région.

Mots-clés: Conflits fonciers; Réforme agraire; Territoire; PDS Esperança; Anapu.

I. INTRODUÇÃO

O processo de ocupação da Amazônia, comandado pelos governos ditatoriais, a partir da década de 1970, atraiu a esta região grandes fluxos migratórios oriundos dos mais variados lugares do Brasil, por meio dos eixos rodoviários, abertos pelos militares ao longo da densa floresta latifoliada tropical. Era a época do "Integrar para não Entregar", slogan usado pelos estrategistas militares, para justificar o que chamaram de "ocupação

* Doutorando em regime de cotutela no Programa de Pós-Graduação Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris 3. Bolsista CAPES/COFECUB.

** Geógrafo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - PPGEDAM-NUMA-UFPA.

*** Pesquisador emérito do Institut de Recherche pour le Développement (IRD) / UMR Paloc.

**** Doutor em Geopolítica pela Universidade de Paris 8. Professor do PPGEDAM-NUMA-UFPA.

do vazio demográfico. Dessa maneira, o estado do Pará passou a sofrer profundas transformações que resultaram, dentre outras, em intensos conflitos fundiários.

Dentre os eixos rodoviários de maior importância, que se pode destacar como atrativo para os migrantes estão Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230). Foi às margens deste último eixo que se desenvolveu a cidade de Anapu, distante cerca de 680 km por via rodoviária de Belém, capital do estado do Pará. Desde então, os conflitos fundiários passaram a fazer parte da rotina das pessoas que ali viviam e daquelas que chegaram em busca de sobrevivência ou de oportunidades econômicas mais favoráveis em relação aos seus lugares de origem.

Ao longo dos anos, as disputas pelas terras e seus recursos naturais, com destaque para a madeira, impuseram relações sociais extremamente violentas e se estabeleceu uma forma de gestão do território com base na ilegalidade, na intimidação e agressão aos menos favorecidos economicamente. Os assassinatos, por encomenda, passam a fazer parte da rotina do município.

É nesse contexto que, em novembro de 2002, foi criado por meio da Portaria INCRA/SR-01(G)/nº 39/2002, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Anapu I, também conhecido como PDS Esperança.

Em 2015, portanto, 13 anos da criação do PDS Esperança, uma equipe de pesquisadores realizou levantamentos nas instituições públicas e de representações sociais na cidade de Anapu e no interior do PDS Esperança, como parte das atividades de pesquisa do Projeto DURAMAZ II e continuidade dos levantamentos realizados em setembro de 2007, pelo Projeto DURAMAZ I, conduzido por pesquisadores do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), onde se constatou que os conflitos fundiários continuam latentes e carecem de atitudes que possam minimizá-los e estimular a modalidade de assentamento PDS como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável para a região.

II. ANAPU: O CONTEXTO DE SUA CRIAÇÃO

A origem do município de Anapu está diretamente relacionada ao processo de construção da rodovia Transamazônica (BR-230), a partir do início da década de 1970. Esta grande rodovia foi planejada com o objetivo de promover a integração da Amazônia aos mercados nacionais e internacionais e assim alterar a conectividade e a demografia regionais. Nessa perspectiva, buscava-se criar mecanismos de ocupação da Amazônia ao mesmo tempo em que se tentava reduzir os conflitos fundiários em outras regiões, fundamentalmente no centro-sul e nordeste do país. Como resultado, houve um grande deslocamento de pessoas para a Amazônia, em busca de terra, as quais portavam a crença de que teriam acesso a terra por vias legais, a partir de procedimentos criados pelo governo da época.

O objetivo da BR-230 era ligar o nordeste ao norte brasileiro e servir de corredor logístico para promover tanto a implantação de projetos de colonização e reforma agrária, quanto de grandes projetos agropecuários empresariais, como parte do Programa de Integração Nacional (PIN, 1970), instituído pelo ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-74). Para isso o governo promoveu a federalização das terras públicas situadas às margens de rodovias federais implantadas e planejadas. Tal medida permitiu ao governo central arrecadar as terras devolutas que estavam sob a jurisdição dos estados federados, para, desta forma, poder destiná-las aos mais variados projetos de desenvolvimento¹.

Na faixa em que a Transamazônica corta o território paraense foram planejados e parcialmente executados os Projetos Integrados de Colonização (PIC-Altamira, PIC-Itaituba e PIC-Marabá)². Porém, a destinação de recursos e os esforços governamentais para a instalação de colonos e de grandes projetos agropecuários diferiram a leste e a oeste do município de Altamira. A oeste, a colonização dirigida recebeu maior atenção governamental e, embora distante da maneira planejada, as terras foram colonizadas por camponeses vindos do sul e nordeste (sem falar dos grandes fluxos espontâneos de migração que chegaram à região sem qualquer controle governamental, embora incentivados por ele e dos grandes projetos agropecuários também incentivados pelo governo). Já a leste de Altamira, onde Anapu está localizada, o procedimento foi um pouco diferente (Hébette, 2002; 2004).

Segundo relatórios governamentais produzidos na época, o relevo mais acidentado, a menor capacidade produtiva dos solos e os altos índices de focos de malária concorreram para desencorajar medidas mais resolutas de colonização destas áreas. Nesse contexto, Anapu apenas foi elevado a categoria de município em 1995, pela Lei Estadual nº 5.929, quando já dispunha de uma população de aproximadamente 10.000 pessoas³, que espontaneamente chegaram e se reproduziram na região.

III. DOS CATP AOS PDS

Se houve certa desmotivação governamental para conduzir projetos de colonização e reforma agrária a leste de Altamira o mesmo não pode ser dito em relação aos grandes projetos de desenvolvimento agropecuário empresarial. A partir de 1975, ãos fundosõ dos PICs, cujos limites eram fixados por uma faixa média de 10 km de cada lado da

¹ A federalização das terras públicas, na prática, retirou dos estados amazônicos um direito adquirido desde o início do período republicano (Constituição de 1891, art. 64), o de gerenciar o patrimônio fundiário que, pelo Decreto-Lei 1.164/71, passou a ser de responsabilidade federal, cuja administração ficaria a cargo do INCRA, autarquia criada em 1970. O estado do Pará, por exemplo, perdeu autonomia administrativa sob aproximadamente 66% do patrimônio fundiário estadual (IDESP, 2014).

² Resolução nº 128, de março de 1972.

³ Anapu foi desmembrado dos municípios de Pacajá e Senador José Porfírio por lei de 28 de dezembro de 1995, sendo instalado em 1º de janeiro de 1997. Tem como limites os municípios de Pacajá, a leste e nordeste, Novo Repartimento a sudeste, São Félix do Xingu ao sul, Altamira a sudoeste, Vitória do Xingu a oeste, Senador José Porfírio a noroeste e Portel ao norte. Possui população estimada em 25.414 habitantes em 2015.

Transamazônica, foram abertos processos licitatórios de terras públicas visando à implantação de projetos agropecuários por meio de Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP). Os CATPs autorizavam o uso das terras mediante alienação, obrigando os concessionários a implantar projetos de produção e viabilizá-los em um período de 05(cinco) anos, a partir de quando o INCRA deveria fazer vistorias nas áreas licitadas. Caso os requisitos dos contratos fossem cumpridos, os beneficiários poderiam adquirir o título definitivo de propriedade. Caso não, o contrato poderia ser cancelado e a terra deveria voltar a fazer parte do patrimônio da União (INCRA, 2010).

Pouco menos de uma centena de CATPs de três mil hectares foram concedidos pelo governo federal no território que viria a formar, a partir de 1995, o município de Anapu. Muitos concessionários não implantaram atividades agropecuárias nas áreas cobertas por CATPs. Em algumas delas, centenas de famílias sem terra foram se estabelecendo, ora abrindo áreas agrícolas e pastos, ora se engajando nas atividades madeireiras que começavam a crescer, ilegalmente, na região.

Nas primeiras vistorias realizadas, o INCRA constata que boa parte das terras alienadas havia sido repassada pelos concessionários a terceiros por distintos mecanismos fraudulentos. Assim, por não terem sido cumpridas as cláusulas estabelecidas em contratos, o INCRA começa, de um lado, a tentar reincorporar ao patrimônio da União as glebas licitadas via CATPs e, de outro lado, passa a realizar os primeiros cadastros de posseiros. A partir de então se estabelece disputas judiciais entre o INCRA e pseudos empresários, ampliando enormemente a base dos conflitos fundiários, envolvendo violentos confrontos entre posseiros e os agentes das terras griladas, tais como jagunços, capangas, ôlارانjasö e pistoleiros contratados por empresários ou pseudos empresários, além de outros.

Tais conflitos ganharam relevo quando a extração madeireira ilegal e a pecuária passaram, a partir do final dos anos de 1990, a atrair investimentos cada vez maiores. Contexto reforçado pela liberação de recursos públicos - novamente via SUDAM, para que empresários desenvolvessem projetos florestais e de pecuária bovina nas áreas de CATPs, nas quais o INCRA judicialmente requeria a posse para posterior destinação à reforma agrária. Este quadro demonstra a existência de contradições marcadas pela flagrante divergência entre políticas públicas conduzidas por órgãos federais, que por fim, acabou potencializando os conflitos fundiários na região.

Os primeiros assentamentos em Anapu foram criados no final dos anos de 1990, em áreas de CATPs não cumpridos, num contexto em que, algumas vezes, liminares judiciais em favor de empresários madeireiros paralisavam o procedimento de criação destes assentamentos e determinavam a saída da área dos posseiros assentados. Nessa situação, de grande tensão social e, de forte ambientalização dos conflitos fundiários devido aos impactos do desmatamento sobre o ecossistema regional, surge entre os movimentos sociais locais a proposta de uma nova modalidade de assentamento de reforma agrária inexistente na estrutura fundiária brasileira até então, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o objetivo de um PDS é conciliar o assentamento de populações tradicionais - ou

não - em área de interesse ambiental. Nesta perspectiva, em 1997, os movimentos sociais de Anapu registraram no INCRA o pedido de criação de dois PDS (CPT, 2010).

Nos anos de 1990, o aumento do valor das commodities agrícolas no mercado internacional, favoreceu a ampliação da área ocupada pelo agronegócio na Amazônia. Conseqüentemente, em 1995, há o registro do maior índice de desmatamento já visto na Amazônia, 29 mil km². De forma reativa, em outubro de 1999, o INCRA⁴ proibiu a instalação de assentamentos da reforma agrária em áreas com cobertura de floresta primária na Amazônia, Mata Atlântica e Pantanal, definindo que os mesmos fossem criados apenas em áreas antropizadas.

Em seguida, o INCRA criou oficialmente a modalidade de assentamento de reforma agrária denominado de "Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)"⁵. Na prática, o PDS flexibilizou a resolução que proibia a criação de assentamentos em área de floresta, para os casos onde caberiam formas de produção com base no extrativismo e manejo dos recursos florestais existentes e agricultura familiar de baixo impacto, em áreas de interesse social e ecológico. De acordo com a norma do INCRA, as áreas para criação de PDS devem ser destinadas mediante "concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias-associativista, condominial ou cooperativista"⁶.

Em novembro de 2002, por meio da Portaria INCRA/SR-01(G)/nº 39/2002, foi criado, o PDS Anapu I (PDS Esperança), cujo perímetro atual é representado na Figura 1, sobreposto a alguns CATPs não cumpridos. Posteriormente, outros três PDS foram criados em Anapu, também em CATPs não cumpridos⁷. Neste contexto, Irmã Dorothy Stang, missionária norte-americana, liderança emblemática na Transamazônica no apoio à organização dos trabalhadores pela luta ao direito à terra de trabalho, foi assassinada, em 12 de fevereiro de 2005, aos 73 anos de idade. O crime ocorreu no lote 55 do PDS Esperança, um antigo CATP que havia sido retomado judicialmente pelo INCRA e destinado ao PDS.

Em decorrência da grande repercussão internacional deste assassinato, um grande plano de combate ao desmatamento e à grilagem de terras públicas passou a ser implantado pelo governo federal, que nos anos seguintes criaria dezenas de unidades de conservação, terras indígenas e modalidades de assentamentos direcionadas à redução dos conflitos e ao "desenvolvimento sustentável". Anos depois uma unidade autônoma do INCRA foi instalada em Anapu para acompanhar de perto os conflitos fundiários e a viabilização ocupacional e produtiva dos assentamentos.

⁴ Por meio da Portaria nº 88 de 6 de outubro de 1999.

⁵ Portaria INCRA/P/ nº 477, de 4 de novembro de 1999, alterada pela Portaria INCRA nº 1.040, de 11 dezembro de 2002.

⁶ Portaria INCRA/P/ nº 477/1999.

⁷ PDS Anapu I abrange os lotes 16, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 60, 61 e 62 e PDS Anapu II os lotes 56 e 58, na gleba Bacajá. Foram criados também o PDS Anapu III, abrangendo os lotes 110, 136, 138, 139, 158, 162, 178 e o PDS Anapu IV, abrangendo os lotes 107 e 132, na gleba Belo Monte.

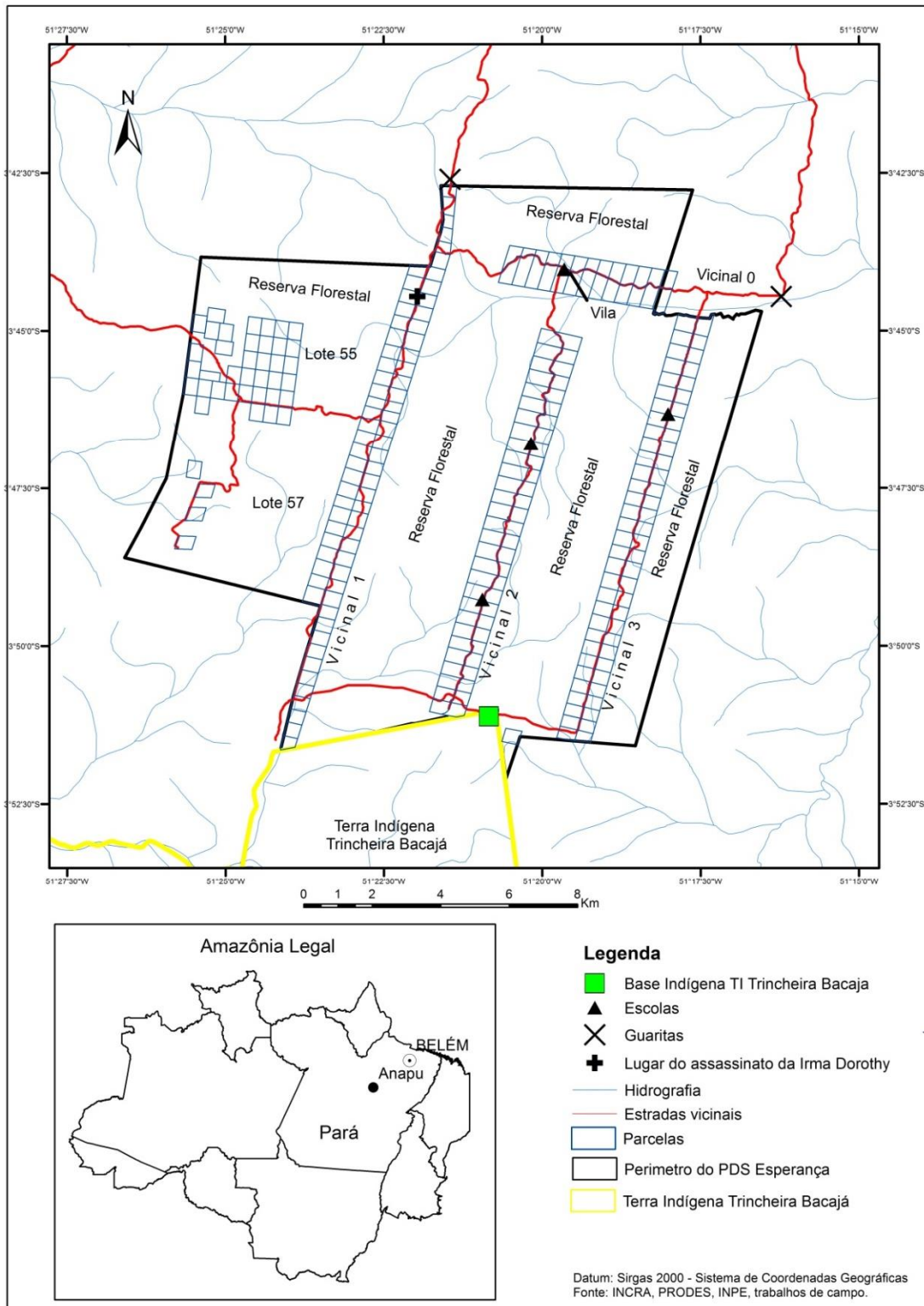


Figura 1. Localização do PDS Esperança em seu perímetro inicial.
 Fonte: IBGE, INCRA, INPE.

Devido a esse contexto de expressivo conflito fundiário, incendiado ainda mais pelas repercussões internacionais levantadas pela morte da Irmã Dorothy, viabilizar o desenvolvimento sustentável no PDS Esperança passou a ter forte prioridade governamental. Assim, a partir de 2005, diversos projetos e iniciativas conduzidas por organizações governamentais e não governamentais nele passaram a ocorrer e a fazer parte da sua estrutura.

IV. PDS ESPERANÇA: ESTRUTURAS E CONFLITOS FUNDIÁRIOS

A criação do PDS Esperança levou ao acirramento dos conflitos. Muitos posseiros já devidamente assentados pelo INCRA passaram a ser ameaçados e expulsos dos lotes por grupos armados. Por outro lado, derrotas do INCRA, em batalhas judiciais, contra os fazendeiros e madeireiros, fragilizavam a estrutura dos PDS inviabilizando a demarcação dos lotes (CPT, 2010).

Dois anos depois do assassinato da irmã Dorothy, disputas internas pela representação política dos assentados e, sobretudo, pelo controle e gestão do projeto de manejo da reserva florestal, começavam a se cristalizar e a reproduzir no PDS tensões entre as entidades que, enquanto Irmã Dorothy vivia, trabalhavam juntas em prol da criação de PDS, notadamente, a CPT e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Anapu. Assim, em 2007, o quadro de arranjos institucionais no PDS Esperança já apontava para tensões de várias ordens que opunham grupos de interesses conflitantes no interior da Associação Esperança do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Anapu I (AEPDSA)⁸, a única entidade representativa dos moradores a época. O ponto central dos conflitos residia no modelo de gestão da assistência técnica e do plano de manejo da reserva florestal (que no caso do PDS Esperança é a própria reserva legal do assentamento) (DURAMAZ, 2011).

Os conflitos relacionados ao controle político e ao modelo de gestão da reserva florestal vieram, ao final de 2008, a se cristalizar em uma grande divisão política na AEPDSA, resultando na criação de uma segunda associação de moradores, a Associação Agroecológica dos Trabalhadores Rurais da Comunidade Santo Antônio do PDS de Anapu (AGROECO). Enquanto esta tem o apoio da CPT e da Igreja Católica local, aquela é apoiada pelo STTR de Anapu, de acordo com o quadro encontrado durante o trabalho de campo, em março de 2015.

Na estrutura do assentamento PDS há um sistema misto de gestão dos lotes. A fração de terra legalmente permitida para o desmatamento e posterior utilização agropecuária é gerida individualmente por cada assentado, não podendo ultrapassar a 20% do tamanho total do lote. No PDS Esperança, os lotes possuem 100 hectares, logo, cada assentado

⁸ Criada junto com o PDS em 2002, a AEPDSA acompanha o procedimento de assentamento e desligamento de famílias (nos casos onde estas não estivessem condizentes com as regras do PDS), a implementação de créditos, assistência técnica e as iniciativas de produção parcelar e gestão da reserva florestal.

tem direito a uma parcela de 20 hectares para utilização agropecuária, onde se destaca a plantação de cacau, como uma das principais atividades econômicas do assentamento.

De acordo com as normas oficiais, cada assentado pode receber uma guia de autorização de desmate de no máximo três hectares/ano, até atingirem um limite máximo de 20 hectares. Os limites entre as parcelas, conforme os moradores entrevistados, não foram ainda demarcados, são õlimites de direito e não há previsão para a realização da demarcação topográfica, dada a morosidade do INCRA e dos seus custos.

As parcelas estão distribuídas ao longo das vicinais zero, 1, 2 e 3, e nos lotes 55 e 57. Elas possuem 100 metros de frente por 2000 metros de fundo. As parcelas de ocupação mais antiga estão na vicinal 2 e as mais recentes no lote 57, onde CATPs⁹ não cumpridos foram recentemente incorporados ao PDS, que passou a contar com 271 parcelas, de acordo com levantamentos realizados em março de 2015.

Já a porção de reserva florestal, no PDS Esperança localizada entre os fundos de lotes, deve ser no mínimo coincidente com a área de reserva legal (80% na Amazônia) e não pode ser parcelada em lotes entre os assentados. Desta forma, cada assentado do PDS Esperança tem direito a 80 hectares na reserva florestal, que, no entanto, deve ser gerida coletivamente por meio de um ou mais planos de manejo florestal sustentável (PMFS). De acordo com as normas do INCRA, o PMFS pode ser gerido diretamente pela associação representativa do PDS ou pode ser terceirizado a uma empresa com competência legal para explorá-la. Aqui se encontra um dos principais focos da disputa entre a AEPDSA e AGROECO, pelo controle e gerenciamento do recurso madeireiro do PDS. A primeira defende a terceirização, enquanto a segunda, a autogestão do plano de manejo.

Além das parcelas e da área florestal, foi planejada a construção de uma Vila no PDS, com aproximadamente um alqueire, onde cada morador tem direito a um lote de 10 x 30 metros, além de escolas, posto de saúde e estabelecimentos comerciais.

A despeito dos sérios conflitos fundiários, a partir de 2010 houve um grande incremento da produção agrícola no PDS Esperança e uma considerável diminuição da taxa de abandono dos lotes, mesmo que, para obter os serviços existentes na sede do município, que fica a 45 quilômetros do PDS, exija sacrifícios, principalmente na época das chuvas, momento em que as estradas ficam muito danificadas e de difícil trafegabilidade. Assim sendo, muitas famílias evitam a cidade (27,2% dos moradores entrevistados vão à cidade para realizar compras e 20,4% buscam tratamento de saúde, e o saque das aposentadorias e da bolsa família).

Em cada vicinal há pelo menos uma escola de nível fundamental e, embora melhorias nas infraestruturas delas tenham sido iniciadas, a demora na conclusão das obras é uma

⁹ Atualmente há em Anapu cerca de 700 famílias ocupando áreas de CATP. O principal espaço de debates e mobilizações de assentados, posseiros e sem terra em Anapu e municípios vizinhos vem sendo o Comitê de Defesa de Anapu (CDA). Uma semana antes da nossa chegada ao PDS Esperança, 250 trabalhadores reuniram-se, no âmbito do CDU, numa área ocupada por posseiros em CATP não cumprido.

queixa recorrente entre os assentados, que também se ressentem da falta de ensino médio para jovens e adultos no próprio PDS.

Logo que assentadas em qualquer que seja a modalidade de assentamento, cada família deve receber os créditos apoio e habitação. Os primeiros, orçados no valor de 3.200 reais por família, foram integralmente distribuídos no PDS Esperança¹⁰.

Em relação ao crédito habitação, os assentados podem optar pela construção de uma casa em seu próprio lote ou na vila do PDS, mediante aplicação do crédito habitação, agenciado pelo INCRA, junto ao Programa Minha Casa Minha Vida. Na prática, cabe às associações de moradores o acompanhamento final deste processo e, também neste caso, reside outro ponto de disputa entre as associações. Até março de 2014 haviam sido liberados recursos para mais ou menos 100 casas: 30 projetos ficaram a cargo da AGROECO enquanto 70 ficaram sob responsabilidade da AEPDSA. A adesão à vila foi bastante limitada, a maioria dos assentados preferiu construir suas casas em seus próprios lotes. A maior parte das famílias que receberam o crédito habitação está entre as famílias que chegaram há mais tempo no PDS. Estas moram em casas de alvenaria que no mínimo possuem dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Porém, é possível encontrar casas maiores, com amplas varandas, pois cada família pode adicionar recursos próprios para a ampliação e melhoria das casas.

Os programas de assistência técnica em assentamentos de reforma agrária são implantados pelo INCRA por meio de chamadas públicas, nas quais empresas, associações, cooperativas e ONGs podem concorrer para serem as prestadoras de assistência técnica. Até 2008, a prestadora de assistência técnica no PDS Esperança era a Associação Econômica e Ecológica de Fruticultura da Amazônia (ASEEFA), associação criada pela Irmã Dorothy e por algumas famílias que haviam sido assentadas no PIC Altamira nos anos setenta. A ASEEFA incentivou o plantio de cacau nas áreas parcelares e tentou viabilizar a elaboração do manejo da reserva florestal, mas teve seu contrato rescindido no final de 2008, devido disputas internas, contexto que propiciou a divisão política da AEPDSA, e levou ao surgimento da AGROECO.

A divisão ficou territorialmente definida da seguinte maneira: nas vicinais zero, 2 e 3 há o predomínio de associados à AEPDSA e na Vicinal 1 e nos lotes 55 e 57 (estes dois últimos formados predominantemente por pastos), a maioria dos assentados são vinculados à AGROECO.

Há três anos, a prestadora de assistência técnica do PDS Esperança é o Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (IDESAM), empresa sediada em Pacajá, município vizinho a Anapu. O IDESAM disponibiliza ao PDS Esperança dez técnicos agrícolas e uma assistente social, a quem cabe auxiliar os assentados na obtenção da documentação

¹⁰ Desde 2008, o INCRA vem distribuindo em duas modalidades de assentamentos o PDS e PDS e Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) e, em reservas extrativistas e territórios quilombolas, uma outra modalidade de crédito apoio, o crédito apoio mulher, orçado em 3.000 reais. Conferir IN INCRA nº 50/2008 em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/in50_221208.pdf

necessária ao acesso de créditos e benefícios (pensões e bolsas). O IDESAM mantém uma base no PDS Esperança onde quase sempre é possível encontrar ao menos um técnico agrícola. A maior parte dos técnicos são filhos de agricultores familiares de Anapu, havendo entre eles alguns que possuem relações de parentesco com assentados do PDS Esperança.

Os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no PDS Esperança, estão divididos principalmente em três linhas de fomento: PRONAF A, C e Mais Alimentos. O PRONAF A pode ser investido em mão de obra, insumos, infraestrutura de trabalho, comunicação e deslocamento (moto, estufas, telefone, rádios comunicadores, entre outros), no limite até 20 mil reais.

De acordo com os produtores entrevistados, o PRONAF A tem sido liberado exclusivamente para projetos de cacau e pecuária, o que desperta certo número de reclamações entre os assentados que gostariam que o banco financiasse outros tipos de projetos. Muitos assentados têm recorrido ao PRONAF A para a compra de gado. É o caso de uma moradora do lote 55, que com recursos do PRONAF A comprou cinco vacas por 2.500 reais. Assim como ela, outros moradores dos lotes 55 e 57 também compraram gado. Segundo eles, o ideal teria sido fazer um projeto coletivo para a compra do touro, que poderia transitar entre várias propriedades vizinhas e assim cobrir vacas adquiridas por um bom número de assentados. No entanto, como o banco não aprova projetos coletivos, muitos tiveram, segundo eles, que comprar os touros porque se muitos colocarem só a compra de vacas nos projetos o banco não aprova.

O PRONAF C financia o custeio até oito mil reais. Ambos, PRONAF A e PRONAF C são liberados em parcelas integralizáveis até três anos. Já o PRONAF Mais Alimentos envolve projetos de agroindústria de até 70 mil reais. Um dos poucos projetos no PDS Esperança criados a partir da utilização deste recurso vem sendo conduzido por uma dirigente da AEPDSA, que também ocupa a diretoria do STTR de Anapu. Ela e seu marido possuem uma promissora fábrica de banana chips, que beneficia a banana que produzem em seu lote na vicinal 3 e banana comprada junto a outros assentados.

A quantidade de projetos liberados pelo PRONAF em suas variadas vertentes aumenta, a cada ano, no PDS Esperança. E se também é bem verdade que os recursos provenientes de aposentadorias e da bolsa-família são citados pela importância que possuem na visível melhoria na condição de vida dos assentados, a agricultura e a pecuária de fato dinamizaram a produção e as trocas econômicas no PDS. Não à toa 61,2 % dos entrevistados disseram que a renda melhorou nos últimos cinco anos.

Os assentados recebem do banco gestor do PRONAF, no caso o Banco da Amazônia (BASA), em espécie apenas os recursos direcionados ao pagamento de mão de obra, os demais insumos envolvem acordos diretos entre os estabelecimentos comerciais credenciados no programa e o BASA. A mão de obra contratada pode ser a dos próprios membros da unidade doméstica ou externa a ela, sendo, na maioria das vezes, originária do próprio assentamento. Ou seja, existe um mercado de trabalho no interior do PDS que indica processos de diferenciação econômica em andamento. Solos fracos e a baixa

oferta familiar de mão de obra para a lavoura do cacau são, na maioria das vezes, os fatores principais que acabam muitas vezes levando algumas famílias de assentados a procurarem trabalho em parcelas mais intensamente utilizadas.

De acordo com a prestadora de assistência técnica, havia em março de 2014 no PDS Esperança cerca de 670 mil pés de cacau plantados. Os dois maiores plantadores de cacau tinham cada um 15 mil pés, além de serem reconhecidos no PDS pela diversificação de culturas. Trata-se de assentados antigos, que foram motivados a entrar no PDS pela Irmã Dorothy. Hoje, eles utilizam mão de obra familiar, reforçada pela contratação sazonal de mão de obra do próprio assentamento e por um sistema de *õmeiaõ* que se reproduz com intensidade no PDS.

Seu Zeca chegou ao PDS em 2004¹¹. Nascido em Capitão Poço, no Pará, Zeca foi jovem para o Maranhão, morou em duas cidades paraenses antes de chegar a Pacajá, no final dos anos noventa. Chegou a Anapu, em 2003 e, no PDS, em 2004, assim:

Zeca: [...] eu e mais cinco colonos entramos aqui pro fundo da vicinal II, onde sempre tivemos uma boa relação com os índios. Quando chegamos aqui só tínhamos uma cesta básica que a Dorothy nos dava. Antigamente quando dizíamos que éramos do PDS tínhamos vergonha. Hoje nós somos o coração de Anapu, quem diria! Nosso primeiro projeto foi com a primeira prestadora, a ASEEFA, era um projeto de roça crua, que era uma roça sem queima para colocar banana e cacau. Cada um que participava ganhava 50,00 reais. Hoje ninguém mais faz roça sem queima. (Entrevista realizada no PDS Esperança, Anapu-PA, no dia 24 de março de 2015).

Zeca tem 15 mil pés de cacau plantados, sendo uma parte consorciada com a banana e oito mil pés de pimenta do reino, o que faz dele um dos maiores agricultores do PDS. Ele acredita já estar chegando ao seu limite de desmate, os 20 hectares que cada assentado tem direito como área parcelar. Possui nove filhos, cinco deles trabalham com ele em seu lote. São seus meeiros, sendo dois deles mulheres. Uma delas se separou recentemente, mas

Zeca: [...] ela se casou com um homem lá da minha cidade e agora eles são meeiros meus. Eles limpam, cuidam e colhem o cacau. No primeiro ano é tudo deles, no segundo ano nós dividimos. Outros dois filhos meus estão na lista do INCRA para receberem lote no PDS. (Entrevista realizada no PDS Esperança, Anapu-PA, no dia 24 de março de 2015).

A relação de meia se caracteriza, no PDS Esperança, pela entrega da metade da colheita ao dono do lote e a outra metade fica com o meeiro. A meia é recorrente nas lavouras de cacau em todo o PDS, sendo geralmente o resultado de um acordo verbal firmado entre o dono e o meeiro. Assim, o dono cede a lavoura para ser cuidada e colhida, para em seguida, a produção ser dividida com o meeiro. Durante a vigência do acordo, a limpeza e a colheita ficam por conta do meeiro, que poderá contratar trabalho de terceiros, sob sua responsabilidade. Uma variante da meia, bastante comum no PDS, acontece da

¹¹ Os nomes dos entrevistados foram alterados por razões de segurança.

seguinte forma: durante o segundo e o terceiro ano de implantação da lavoura de cacau o proprietário cede a roça ao meeiro que se responsabiliza pelos cuidados e colheita, e guarda assim o direito de desfrutar da venda de toda colheita.

A partir de 2009, Zeca começou a acessar recursos. Em 2009, recebeu o crédito apoio do INCRA (R\$ 3.200,00), em 2011, o PRONAF A (R\$ 20.000,00), que começará a pagar no final de 2015. Durante os trabalhos de campo da equipe, Zeca elaborava mais um projeto para pedir 150.000 reais ao PRONAF Mais Alimentos, com o objetivo de montar uma estufa para secagem de cacau e comprar um trator.

Há uma via alternativa de crédito já bastante estudada em diferentes contextos amazônicos que, no PDS Esperança, se reproduz com vitalidade e parece, pelo menos de acordo com os depoimentos colhidos, ter maior importância que os créditos oficiais. Zeca, por exemplo, além dos canais oficiais de crédito, desde 2009, conta com um comerciante local, o Sr. Sílvio, um importante canal de acesso a empréstimos e ajudas. Durante tempos difíceis, o Sr. Sílvio adianta-lhe mercadorias e mantimentos necessários cotidianamente, que são pagos em cacau e/ou pimenta.

Com base nos levantamentos de campo, o Sr. Sílvio chega a agenciar cerca de 70% da produção de cacau e pimenta do reino existente no PDS, tanto dos membros da AEPDSA, como da AGROECO. Ele é um ex-funcionário do Banco da Amazônia de Pacajá, muito conhecido entre os agricultores. Depois de aposentado, montou um negócio no PDS graças à articulação feita por um assentado, também produtor de cacau. Sílvio é seguramente uma das poucas unanimidades entre as duas associações: precisamos dele, ele é bom pra todo mundo aqui e todo mundo gosta dele. Ele é o nosso Zé Banco da Amazônia, nos disse um dirigente da AGROECO. Ele é nosso banco, não podemos deixar ele quebrar, o pessoal tem que pagar as dívidas com ele, nos disse um dirigente da AEPDSA. Ele é um paizão de todos aqui, nos confessou o jovem casal que administra os negócios do Sr. Sílvio, cuja sede está assente na vicinal zero, na Vila, ao lado da Igreja Evangélica da Assembléia de Deus. Esse casal, formado por filhos de colonos do PDS, não poupa elogios ao Sr. Sílvio. No inverno ninguém tem muito cacau, pegam fiado e dinheiro emprestado aqui. Tem gente que ele financiou desde a semente. Até os poços de peixes quem tá financiando a abertura é ele aqui no PDS.

Observa-se que a fragilidade da política pública faz com que, mesmo em uma nova modalidade de assentamento, seja mantida uma velha estrutura de relação socioeconômica com base no aviamento, situação que coloca um conjunto de trabalhadores(as) na condição de subserviência em relação ao patrão aviador que, por sua vez, atende aos comandos de uma rede para além do lugar de sua operação.

José Branco, 34 anos, morador da vicinal 2, também se destaca como um dos maiores produtores do PDS, possui 15 hectares de roça (cacau, banana e pimenta). Em 2011, plantou seus primeiros pés de cacau com a ajuda do Sílvio e, a ele deve lealdade, por isso vende toda sua produção para ele. No último ano, apenas o Sr. José vendeu ao Sr. Sílvio, 11.500 kg, ao preço de sete reais o quilo. O dinheiro ganho no seu lote no PDS

Esperança vem sendo investindo na compra de gado, criado no lote do pai, em outro assentamento (um PA convencional) no município de Anapu, condição que, segundo ele, é adotada por diversos outros produtores de cacau do PDS Esperança.

O Sr. Sílvio, por sua vez, é financiado por um dos maiores comerciantes regionais, o Sr. Gilmar Góes, estabelecido no município de Altamira. Ele é responsável por comprar cacau e pimenta, em uma larga faixa da Transamazônica que vai de Medicilândia à Pacajá. O Sr. Gilmar reúne condições logísticas para negociar diretamente com a multinacional Cargill.

Finalmente, a julgar pelas normas do PDS que limitam o desenvolvimento de atividades agropecuárias a 20 hectares por família assentada, haveria espaço no conjunto das 271 parcelas do assentamento para o desmatamento de mais 2.900 hectares. Alguns assentados mostram certa preocupação com a manutenção da produtividade das lavouras de cacau no futuro, quando se passarem mais anos após o desmatamento realizado para a implantação das lavouras. Como diz José, o assentado da vicinal II ãosso cacau ainda está se beneficiando do adubo da mata que foi cortada e das matas que ainda existem entre as lavouras, quando todo mundo desmatar seus 20 hectares não sabemos como vai ficarö.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2004, operavam em Anapu 25 madeireiras, que juntas empregavam mais trabalhadores do que a prefeitura municipal de Anapu. A ilegalidade da atividade florestal era a tônica. O cenário de desmatamento acelerado e a grande incidência de crimes de várias ordens vieram a ser internacionalmente mais conhecidos com o assassinato da irmã Dorothy no lote 55 do PDS Esperança, um CATP não cumprido que havia sido retomado judicialmente pelo INCRA e repassado ao PDS Esperança.

Atualmente, a atividade madeireira se mantém como a segunda maior empregadora do município, com cerca de 1000 empregos gerados, pouco menos que os 1220 trabalhadores empregados pela prefeitura municipal. Há muitas denúncias sustentando que boa parte destas atividades está à margem da lei, ou seja, que operam áreas cobertas por planos de manejo florestal sustentável irregularmente licenciados pelo órgão estadual de meio ambiente (SEMAS), ou mesmo em áreas sem licenciamento ambiental, em terras públicas não destinadas ou em assentamentos de reforma agrária.

Desde a morte da Irmã Dorothy, o PDS Esperança passou a ser a õmenina dos olhosö do governo federal na tentativa de oferecer uma resposta à sociedade, do que poderia ser um exemplo de desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. Como apresentado neste artigo, as principais atividades produtivas do PDS também são o cacau e a pecuária, assentes nas mesmas cadeias de comercialização encontradas em áreas fora de assentamento de reforma agrária de Anapu e região - uma cadeia de atravessadores que tem como comprador final a filial da multinacional Cargill instalada

em Altamira - sendo o aviamento, o principal mecanismo financiador da cadeia produtiva de cacau no PDS Esperança.

A gestão da reserva florestal é um dos motivos que fundamenta a existência da modalidade PDS, mas no caso do PDS Esperança ela acaba sendo o epicentro dos conflitos de interesses, cristalizado nas filiações que cada associação de moradores mantém com organizações externas. O resultado mais expressivo dos conflitos é a existência, desde 2011, de duas guaritas construídas pelo INCRA nas duas principais entradas do PDS, após a eclosão de um longo conflito em 2010 que demandou a permanência da Guarda Nacional no local por um grande período. Nestas guaritas, para impedir o roubo de madeira do PDS, permanecem ainda hoje vigias armados 24 horas por dia.

Não é de estranhar, então, que seja nas terras consideradas como de uso comum que incidam os principais conflitos. Esses conflitos são acirrados pela força econômica e política que representam os madeireiros (ninguém se elege sem o apoio dos madeireiros, nos dizia um interlocutor em Anapu), que exercem pressão para explorar as reservas florestais do PDS.

Passados pouco mais de dez anos do assassinato da irmã Dorothy, parece ser inegável que as condições gerais de acesso à saúde, educação e ao trabalho na terra, apesar de estarem longe das condições ideais, melhoraram significativamente no PDS Esperança. Ampla maioria dos entrevistados (59,6%) entende que o PDS pode ser importante para o futuro dos seus filhos, sem desconsiderarem a educação como o principal vetor para uma mudança significativa da vida dos jovens, quase sempre relacionada a obter um trabalho na cidade.

No entanto, esse feito não nos habilitaria a dizer que o PDS Esperança vem cumprindo todas as expectativas que cercam essa modalidade de assentamento. De acordo com um secretário de governo de Anapu, no PDS Esperança e no município de Anapu o desenvolvimento socioeconômico vai bem, mas o sustentável vai mal.

Além do mais, a violência não parou com o assassinato da irmã Dorothy. O imbróglio fundiário inicial e a disputa pela terra que ele desencadeou continuam a produzir os mesmos efeitos. Somente entre julho e outubro de 2015 houve sete execuções por pistoleiros em Anapu, além de ameaças e intimidações. Em cinco desses casos, estaria em jogo uma terra pública reivindicada por um dos acusados de ser mandante do assassinato da Irmã Dorothy, e que responde ao processo em liberdade¹².

São muitos os desafios para o desenvolvimento sustentável na região da Transamazônica, onde a modalidade PDS foi amplamente descaracterizada, dando lugar em inúmeras situações à grilagem, à atividade madeireira ilegal e à pecuária. Apesar deste cenário, o PDS aqui analisado continua a ser uma possibilidade concreta de

¹² Informação repassada pelo jornalista Felipe Milanez, baseada na carta de denúncia da CPT ao Ministério Público Federal do Pará.

promoção de desenvolvimento local, entretanto, é indispensável à minimização dos conflitos agrários por meio de políticas públicas mais efetivas voltadas para esse fim.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1164.htm [acesso em 06 nov. 2015].

CPT. **Por que mataram Irmã Dorothy? Síntese do caso**. Coord.: José Batista Gonçalves Afonso. CPT/Regional Pará. 33 p. 2010.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO MARIN, R. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais ó reflexões sobre a colonização em torno da Rodovia Belém ó Brasília. IN: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. 4 vol. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean. Reprodução Social e Participação Política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. IN: HÉBETTE, J; MAGALHÃES, S. B.; MANESCKY, M. C. (orgs). **No mar, nos rios e na fronteira ó faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002: 205- 231.

IDESP. **Região de Integração Tapajós: relatório técnico**. Belém-PA.125 p. 2014.

INCRA. **Áreas Prioritárias Para Reforma Agrária: Município de Anapu**. Documento de Power Point. 2005.

INCRA. **Relatório Circunstanciado de vitorias da Supervisão Ocupacional no PDS Anapu I**. Anapu-PA. 52 p. 2010.

INCRA. **Relatório atual da comissão de supervisão ocupacional do PDS Anapu I** (os nº 111/INCRA/SR(30)/2010) referente as famílias a serem assentadas na área de pastagem do lote 55 da Gleba Bacajá. Coord.: Antônio José Ferreira da Silva. Anapu-PA. 18 p. 2010.

INCRA. **Portaria INCRA/P/Nº 477, de 04 de novembro de 1999**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/2395> [acesso em 06 nov. 2015].

TORRES, M. G. **Terra Privada Vida Devoluta: Ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará**. Tese. USP. 879 ps. 2012.